



# INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Plínio de Arruda Sampaio JR**

**Texto 1** - Globalização e Reversão Neocolonial: O Impasse Brasileiro

**Texto 2** - Notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda

**Texto 3** - A exaustão da Nova República

**AdUFRJ**

# **Globalização e Reversão Neocolonial: O Impasse Brasileiro**

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.1**

## **I. Introdução**

Há pelo menos duas décadas, vem sendo inculcada à sociedade latino-americana a idéia de que as economias da região estão condenadas a curvar-se ante a inelutabilidade da globalização dos negócios e a ajustar-se o mais rapidamente possível às exigências do capital internacional e das potências hegemônicas. Dentro desta concepção, o raio de manobra das economias da região está limitado à definição do ritmo e da intensidade de assimilação das transformações irradiadas pelo capitalismo central. Com raríssimas exceções, a ausência de propostas que abram novos horizontes para os povos latino-americanos levou a luta política a ficar polarizada entre as facções “modernizadoras” e “conservadoras” das burguesias latino-americanas.

Os grupos econômicos e sociais mais estreitamente articulados às novas tendências do capitalismo internacional lutam pela “globalização já”. Ansiosos por aproveitar as oportunidades de negócios que surgem da nova conjuntura mercantil, não querem perder tempo. Contando com amplo apoio da comunidade internacional, colocam as exigências do “mercado” acima de tudo, relegando os custos econômicos, sociais e culturais do ajuste às exigências da globalização dos negócios a um distante segundo plano. Os

---

<sup>1</sup>. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Novembro de 2004.

segmentos que não dispõem de condição de sobreviver à concorrência externa não têm pressa. Exigem tempo para que possam se adaptar aos novos ventos do capitalismo. Batem-se por uma modernização lenta, segura e gradual.

Os arautos da modernização radical encarnam os sonhos da burguesia dependente de rápido acesso ao “primeiro mundo”; os defensores da modernização responsável expressam seu espírito de sobrevivência. Os primeiros funcionam como acelerador do desenvolvimento induzido; os segundos, como seu freio. Sem os “globalizados”, a economia periférica estagna, pois ela é impulsionada pelos dinamismos que se propagam das economias centrais. Sem os “jurássicos”, ela perde todo poder de barganha em relação ao grande capital internacional, pois fica sem condições de controlar seus “centros internos de decisão”.

Na prática, as duas facções devem ser vistas como os braços direito e esquerdo do desenvolvimento dependente. Os “ultra-modernistas” sabem que não podem eliminar o atraso sem levar ao paroxismo a instabilidade econômica e social; e os “pseudo-conservadores”, não desconhecem que, dentro da dependência, não é possível resistir para sempre as imposições que vêm de fora para dentro como um furacão avassalador. Apesar de se situarem em pólos opostos, ambos concordam em relação a uma questão fundamental: a combinação do moderno e do atraso constitui o único meio das regiões periféricas participarem dos ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista. Por isso, não podem romper com as estruturas externas e internas responsáveis pela reprodução do capitalismo dependente.

Não é de estranhar a incapacidade das classes dominantes contemplar nas suas políticas os interesses dos segmentos marginalizados do progresso

econômico. Os que vociferam à favor das reformas liberais revelam-se empedernidos conservadores quando se trata de enfrentar as reformas agrária e urbana. Os que se proclamam guardiões da identidade nacional descartam qualquer mudança que possa ameaçar seu acesso aos padrões de vida e consumo das economias centrais. As alternativas fora dos parâmetros da modernização conservadora são estigmatizadas e imediatamente descartadas sob a alegação de que provocariam o caos econômico, social e político. Assim, as classes dominantes latino-americanas construíram a sua própria versão do “fim da história”.

O dilema *globalização* ou *dilúvio* não passa, no entanto, de um sofisma. Primeiro, porque nada garante que a subordinação às tendências da divisão internacional do trabalho livre as economias periféricas de processos caóticos de desorganização produtiva e crise social. O impacto da globalização depende das características específicas do desenvolvimento desigual do capitalismo e da natureza de seus efeitos sobre as estruturas de cada formação social. Segundo, porque o reconhecimento da transnacionalização do capitalismo como realidade histórica, cuja existência extrapola o controle de nações individuais, não significa que as sociedades da periferia estejam condenadas a ajustar-se passivamente às suas exigências. O Estado nacional pode selecionar as tendências que pretende absorver e bloquear aquelas que considera nocivas para seu desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é mostrar que a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial e, portanto, que é absolutamente imprescindível definir uma estratégia nacional para enfrentar

os efeitos desagregadores da globalização sobre as economias latino-americanas. A exposição será desdobrada em três partes. Primeiro, mostraremos a natureza da crise contemporânea do Estado nacional, relacionando-a com as novas características do desenvolvimento capitalista. Examinaremos, então, os traços dominantes da resposta das economias centrais ao novo contexto histórico, buscando identificar a lógica do novo imperialismo. Em seguida, esboçaremos uma explicação para a singularidade do novo padrão de dependência na América Latina, apontando seus efeitos devastadores sobre o Estado nacional. Por fim, apresentaremos uma explicação mais detalhada sobre a particularidade da crise brasileira e sobre os dilemas em que se encontra a sociedade brasileira.

## **II. Globalização , crise do Estado nacional e imperialismo**

A partir de meados da década de setenta, o aprofundamento da transnacionalização do capitalismo desencadeou uma série de conflitos econômicos e políticos que começaram a minar as bases do Estado nacional. No campo econômico, o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais comprometeram a capacidade da sociedade nacional preservar o controle sobre os centros internos de decisão e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a acirrada disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirraram perigosamente as rivalidades entre os Estados nacionais, provocando uma encarniçada concorrência pela atração de investimentos produtivos e pela criação de empregos industriais.

Sem questionar os processos responsáveis pela transnacionalização do capitalismo, os países centrais tem procurado amenizar suas conseqüências mais nefastas, lançando mão de políticas neomercantilistas que acabam intensificando ainda mais o estado de guerra econômica. O objetivo último é transformar o espaço econômico ao qual se vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial. Daí, a corrida desenfreada para aumentar a estabilidade da moeda, a produtividade da força de trabalho, a qualidade da infra-estrutura econômica. Paralelamente, tentam redimensionar a escala de sua fronteira econômica e a importância relativa de seus mercados internos, promovendo diferentes estratégias de integração regional e criando diversos mecanismos supranacionais de política econômica. É esta a lógica da formação de grandes blocos econômicos como a Alca, articulada pelos Estados Unidos, e a União Européia, que se organiza em torno da Alemanha.

Se as economias capitalistas mais desenvolvidas ainda possuem alguma capacidade de atenuar os efeitos mais destrutivos da globalização dos negócios (que elas próprias impulsionam), reforçando a escala de suas economias e de suas estruturas estatais, as tendências que levam ao enfraquecimento dos Estados nacionais manifestam-se com força redobrada nas regiões periféricas.

O problema central é que o novo contexto histórico reduz dramaticamente os graus de liberdade das burguesias das economias periféricas diante do capital internacional. Como as empresas transnacionais passaram a operar com tecnologias concebidas para mercados supranacionais, com renda média muito elevada, a natureza de seus vínculos com as economias dependentes tornou-se muito mais fluida. A situação é

bem diferente daquela que ocorrera na fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. No ciclo expansivo do pós-guerra, a estratégia de conquista dos mercados internos, mediante a transferência de unidades produtivas, levava o capital internacional a exigir espaços econômicos nacionais relativamente bem delimitados. Tratava-se de evitar que unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. É este contexto histórico que permitiu que, até o início dos anos oitenta, as economias mais avançadas da região apresentassem uma certa convergência tecnológica com as economias centrais. Na era da mundialização do capital, estamos assistindo a um fenômeno bem diferente. O objetivo das grandes empresas transnacionais é diluir a economia dependente no *mercado global* para que possam explorar as potencialidades de negócios da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por esse motivo, os gigantes da economia mundial não querem que as fronteiras nacionais continuem rigidamente delimitadas. O interesse no “Terceiro Mundo” se resume basicamente aos seguintes objetivos: (a) ter livre acesso aos mercados, (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com produção local - a decisão depende de circunstâncias ditadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); (b) ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; (c) açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio.

A adversidade do contexto histórico enfrentado pelos países latino-americanos foi agravada pelo efeito extremamente negativo do colapso da União Soviética sobre o poder de barganha dos países periféricos no sistema

capitalista. Sem medo do fantasma comunista, as nações hegemônicas sentiram-se livres para desrespeitar os princípios mais elementares da autodeterminação dos povos. Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe, as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros. Isso explica a desfaçatez com que grandes potências, direta ou indiretamente, pressionam as economias dependentes a se adaptar incondicionalmente às suas exigências; bem como a docilidade com que tais pressões são recebidas pelos mandatários-títeres de plantão.

Em suma, na ordem internacional emergente, o *desenvolvimento nacional* não está no horizonte de possibilidades dos países periféricos. A comunidade internacional reduziu tudo que estiver fora dos megablocos regionais a cobiçados *mercados emergentes* ou reles *zonas de pobreza*. Na nova divisão internacional do trabalho, cabem às economias periféricas fundamentalmente três papéis: (a) franquear seu espaço econômico à penetração das grandes empresas transnacionais; (b) coibir as correntes migratórias que possam causar instabilidade nos países centrais; e (c) aceitar a triste e paradoxal função de pulmão e lixo da civilização ocidental.

### **III. Nova dependência e os riscos de reversão neocolonial**

Expostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as sociedades latino-americanas ficaram sujeitas a mecanismos draconianos de



neocolonização. Três processos são suficientes para caracterizar a perversidade da “nova dependência”.

Primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. A incapacidade estrutural de suportar a concorrência internacional deixou a periferia extremamente vulnerável a processos catastróficos de desestruturação produtiva. Encontra-se aí, em última instância, a origem das forças disruptivas que, desde os anos oitenta, comprometeram a continuidade dos processos de industrialização e a estabilidade dos sistemas monetários. Nesse contexto, os investimentos externos transformaram-se em verdadeiros “enclaves” que, desarticulados do conjunto da economia, na melhor das hipóteses, são capazes de gerar algumas “ilhas” de prosperidade. Enganam-se, portanto, os que depositam tanta esperança no poder do capital internacional como mola mestre do crescimento.

Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira, o que se evidencia pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Depois da conclusão do Plano Brady, no início dos anos noventa, quando os bancos privados finalmente digeriram a crise de sobreendividamento da década anterior, as economias latino-americanas foram pressionadas a adotar políticas de estabilização monetária e programas de liberalização destinados a impulsionar a inserção especializada das economias periféricas no sistema capitalista mundial e a fomentar uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. À mercê das vicissitudes das finanças internacionais, as economias da região vêm-se forçadas ora a gerar megasuperávits comerciais, destinados a pagar o serviço da dívida externa, ora a produzir megadéficits comerciais, a fim de

viabilizar a compra maciça de produtos estrangeiros e a absorção indiscriminada de empréstimos internacionais. Nessas circunstâncias, o mercado interno deixa de ser o centro dinâmico da economia e a instabilidade econômica torna-se uma fonte permanente de crise social e política.

Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria. De um lado, os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes exacerbaram o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento difundidos do centro hegemônico. Os efeitos perversos desta forma de incorporação de progresso técnico sobre as sociedades periféricas são conhecidos: maior concentração de renda e crescente exclusão social. Quanto maior o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto maior a desigualdade social necessária. De outro lado, a sacralização do “mercado” como princípio organizador da vida social deixou as regiões periféricas totalmente indefesas diante do grande capital internacional. Negando a “vontade política” como meio de construção da Nação, elas abriram mão de seu principal instrumento de ação coletiva: o Estado nacional.

A natureza anti-nacional e anti-social do modelo econômico neoliberal fica patente no momento de pagar a dívida externa. O dilema se situa entre cumprir os compromissos assumidos com a comunidade econômica internacional e satisfazer as demandas das classes abastadas de rápido acesso aos bens de consumo das economias centrais ou, pelo

contrário, defender os interesses nacionais e atender às necessidades das classes populares. Sem controle sobre seu destino, a vida de sua população passou a oscilar de maneira ciclotímica entre a euforia e a impotência, conforme a direção dos fluxos de capital externo.

A realidade extraordinariamente adversa do novo marco histórico logo se fez sentir. Sujeita à lógica ultra-especulativa dos capitais internacionais, as economias latino-americanas ficaram condenadas a intercalar fases de estabilidade inflacionária e baixo crescimento, quando, apostando na compra de ativos baratos, há entrada maciça de capitais externos; e fases de crises cambiais agudas e recessão intensa, quando, em típica operação de realização de lucros, os capitais internacionais saem em debandada da região. Contraditando a crença de que a adesão ao receituário neoliberal permitiria à América Latina aumentar a competitividade de sua economia e aproximá-la do Primeiro Mundo, o balanço de quase duas décadas de ajuste às determinações da comunidade internacional mostra uma realidade desoladora, marcada pela ampliação do atraso econômico e acelerada deterioração das condições de vida da população. Nesse contexto, não deve causar surpresa o avanço descontrolado da barbárie, ainda que de maneira desigual, em todos os recantos do continente.

#### **IV. Brasil: o impasse da formação**

No Brasil, a exaustão do processo de substituição de importações iniciou um período de estagnação da renda per capita, obsolescência das forças produtivas, enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e desmantelamento do Estado desenvolvimentista. Interrompia-se,

assim, um longo ciclo de expansão das forças produtivas durante o qual a economia brasileira havia ampliado seu mercado interno, internalizado as estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial e cristalizado as bases do Estado nacional burguês.

O impacto das novas tendências do sistema capitalista mundial sobre a economia nacional foi sobredeterminado pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para reciclar a dívida externa, bem como pelo apoio incondicional oferecido aos movimentos do grande capital de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos - expedientes utilizados para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação. São tais processos os principais responsáveis pela crise do padrão monetário brasileiro, cujo sintoma mais conspícuo foi a dificuldade de debelar a tendência à aceleração inflacionária ao longo de toda a década de oitenta.

Até o início da década de noventa, a subordinação da política econômica ao esquema convencional de reciclagem da dívida externa transformou a transferência de recursos reais ao exterior no principal eixo de articulação da intervenção do Estado na economia.<sup>2</sup> A fim de evitar uma violenta crise desvalorização de ativos produtivos, as autoridades econômicas sustentaram artificialmente a rentabilidade corrente das empresas e o valor contábil de seus patrimônios, adotando medidas para impedir uma recessão aberta e prolongada e resistindo às pressões para a liberalização da economias.

---

2 .O padrão de reciclagem da dívida externa foi armado para viabilizar a gradativa diminuição da carteira dos bancos privados nos países devedores, a diversificação do risco de suas aplicações e o fortalecimento de sua base de capital. A propósito ver, Devlin, R., La deuda externa vs. el desarrollo económico: America Latina en la encrucijada", Santiago, Estudios CIEPLAN 17:69-100, septiembre, 1985.;Sampaio Jr., P.S.A., "Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa", São Paulo, Novos Estudos Cebrap, No. 25, 1989.

Premido pela urgência de administrar a extrema instabilidade da economia, o Estado brasileiro não articulou um plano de reorganização produtiva. A renegociação da dívida externa não significou a superação do estrangulamento cambial e o ajuste privado não teve como contrapartida um aumento da competitividade dinâmica da economia brasileira.<sup>3</sup> Por isso, ainda que a estratégia de protelar o enfrentamento dos problemas colocados pelo novo contexto internacional tenha evitado a hiperinflação aberta, ela só agravou a obsolescência do parque produtivo. Mais do que isso. Ao preservar os vínculos financeiros dos credores externos com os mutuários internos, particularmente com as unidades de gasto do setor público, a reciclagem da dívida externa reforçou de maneira extraordinária a influência da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica brasileira. Ao cancelar o ajuste privado em direção a ativos financeiros e às exportações, a política econômica provocou o encilhamento financeiro do setor público.

No final dos anos oitenta, a falta de perspectiva em relação à retomada do financiamento externo, o crescimento acelerado da dívida pública e o progressivo encurtamento do perfil de vencimento dos títulos públicos evidenciavam que a crise dos padrões de financiamento externo e

---

3 . A hipótese aqui desenvolvida é a de que foi a ação do Estado que evitou que a fuga generalizada para a liquidez provocasse uma violenta crise de liquidação de ativos produtivos. Na primeira metade dos anos oitenta, tal estratégia se traduziu em medidas que procuravam compatibilizar a geração de megasuperávits comerciais com a preservação de um patamar de demanda efetiva suficiente para evitar crises abertas de liquidação. Para tanto, foram tomadas medidas destinadas a contrabalançar os efeitos da contração do mercado interno sobre a contabilidade das empresas, tais como estímulos às exportações, estatização da dívida externa e defesa artificial da rentabilidade corrente do grande capital industrial. Na segunda metade da década, o crescente risco de que os grandes detentores de riqueza financeira fugissem concentradamente para ativos reais e moeda estrangeira colocou a política econômica integralmente a reboque dos movimentos especulativos do mercado financeiro e dos grandes grupos exportadores. Conciliar os compromissos assumidos com os credores internacionais com a preservação da confiança na moeda nacional tornaram-se, assim, os dois principais desafios das autoridades econômicas. A impossibilidade de alcançar simultaneamente essas duas metas levou à adoção de um padrão de gestão econômica que combinava a suspensão temporária dos pagamentos aos credores internacionais com a administração ad hoc da tendência à aceleração inflacionária. Sem raio de manobra para arbitrar o nível das taxas de juros e as condições de liquidez dos ativos financeiros, a política antiinflacionária ganhou um caráter paradoxal, assumindo a forma ora de uma estratégia de "choques" - destinados a controlar diretamente os preços e desindexar a economias, quando o processo inflacionário ameaçava fugir completamente de qualquer controle -, ora de uma política de "coordenação" dos aumentos de preços e reindexação da economia, quando, após a liberação dos preços, a aceleração inflacionária voltava a ganhar ímpeto. Cardoso de Mello, J.M. e Belluzzo, L.G.M. (org.), FMI x Brasil - A armadilha da recessão, São Paulo, Gazeta Mercantil, 1984. Ler também, Sampaio Jr., P.S.A., Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica no Brasil em 1983 e 1984, Campinas, mimeo, Tese de mestrado, 1988, capítulos 3 a 7; CEBRAP/FUNDAP, "Ajustamento e estabilização no Brasil nos anos oitenta", São Paulo, mimeo, Relatório de Pesquisa FUNDAP, 1990.

interno havia atingido o clímax. Impotente diante dos grandes detentores de riqueza financeira e dependente dos setores geradores de divisas internacionais, o Estado brasileiro ficou sem instrumentos para fazer política econômica. O agravamento da incerteza estrutural e a extrema fragilidade financeira do setor público diminuía dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro. É a partir desse pano de fundo que devemos entender a inflexão na política econômica do início dos anos noventa, quando, entorpecido pelo vendaval neoliberal que assolava o mundo, o Brasil passou a sancionar sistematicamente as pressões liberalizantes da comunidade financeira internacional.

Percebendo o perigo que significava continuar insistindo em uma política de indefinida resistência ao ajuste neoliberal - perigo representado pela crescente presença das forças populares na vida política nacional -, as classes dominantes brasileiras unificaram-se monoliticamente em torno de um objetivo comum: a promoção de uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo.<sup>4</sup> Capitulando às recomendações do Consenso de Washington, a política econômica passou a articular-se, desde então em função da necessidade "ajustar" o Brasil às exigências da mundialização do capital.

A liberalização da economia fez com que a industrialização pesada, há tempo agonizante, entrasse em fase terminal, desencadeando um processo de desestruturação do aparelho produtivo que compromete os elos

---

4 . Simboliza de maneira emblemática a nova escala de prioridades das classes dominantes brasileiras a consigna do candidato Collor de Mello: "o carro brasileiro é um carroça". Florestan Fernandes fez a crônica do processo político que desembocou na liberalização da economia em artigos publicados na imprensa, sobretudo na Folha de São Paulo. Alguns desses artigos foram reunidos nos livros Democracia e Desenvolvimento, São Paulo, Hucitec, 1994; e Em busca do Socialismo, São Paulo, Xamã, 1995

estratégicos que permitiam à economia brasileira funcionar como um todo orgânico. Não são difíceis de imaginar os efeitos desagregadores que as tendências em curso provocam em uma sociedade como a brasileira: com um território de dimensões continentais, imenso contingente populacional, fortes heterogeneidades regionais e sociais, grau de urbanização equivalente ao de países industrializados, parque industrial altamente diversificado e vasto aparelho estatal.

A crise do padrão de industrialização pesada desarticulou um dos principais mecanismos de legitimação ideológica do **status quo** junto às classes operárias e às camadas mais desfavorecidas da população: a ilusão de classificação social provocada pela elevada mobilidade social verificada ao longo do ciclo de substituição de importações. A falta de dinamismo do novo modelo econômico e sua elevada instabilidade diminuíram significativamente o multiplicador de emprego dos setores mais produtivos da economia. A liberalização da economia e os efeitos destrutivos da nova onda tecnológica sobre as estruturas da Segunda Revolução Industrial elevaram dramaticamente a heterogeneidade estrutural da base produtiva, bem como a importância relativa do desemprego tecnológico provocado pela modernização das forças produtivas e pela concorrência de produtos importados. A década de noventa marcou, assim, uma inflexão no lento e tortuoso processo de formação de um mercado de trabalho relativamente homogêneo.<sup>5</sup>

Além de agravar a crise social no campo e na cidade, a ruptura das bases materiais que sustentavam as correntes migratórias de força de

---

5 . Tal processo se consubstanciava em um padrão de absorção de mão-de-obra, de acordo com o qual os trabalhadores expulsos do campo tendiam a ser empregados em atividades de baixa produtividade nas cidades à espera de sua eventual absorção nas atividades industriais de elevada produtividade. A propósito ver, Rodriguez, O. "Agricultura, subempleo e distribución del ingreso", São Paulo, mimeo Cebrap, 1983.

trabalho começou a fomentar perigosas rivalidades inter-regionais e processos de segregação social.<sup>6</sup> Por isso, a exaustão da industrialização pesada minou a solidez material e social do pacto federativo brasileiro, colocando em questão a própria coesão territorial do país. Esboçada no pós-guerra e consolidada durante a ditadura militar, a unidade que sedimentava os interesses das oligarquias regionais baseava-se em dois pilares fundamentais: o pânico em relação à emergência do povo na política e o consenso em torno da industrialização dependente e excludente como objetivo estratégico das classes dominantes.<sup>7</sup> O segundo pilar teve que ser imolado para que uma parcela da população brasileira pudesse ingressar na nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Exposta ao processo de mercantilização que se irradia do centro do sistema capitalista mundial, a economia brasileira fica sujeita a forças centrífugas que tendem a segmentar o espaço econômico nacional, entre regiões que conseguem encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho - verdadeiras "ilhas de prosperidade" que procuram aumentar seu grau de autonomia em relação ao poder central - e regiões que ficam marginalizadas do comércio internacional e que tendem a ser desarticuladas em partes estanques que funcionam fechadas sobre si mesmas.

Dentro da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que a globalização dos negócios transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma. Uma formulação sintetiza a essência do momento histórico

---

6 . A propósito ver, Furtado, C., "Brasil: A Construção Interrompida", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992

7 . Florestan, F., "Nem Federação nem democracia", São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 4, No. 1, 1990.



brasileiro: dependência e barbárie.<sup>8</sup> De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil - Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Celso Furtado - a missão civilizatória do capitalismo dependente teria atingido o limite de suas possibilidades. Em algum momento entre 1950 e 1980, intervalo exíguo quando visto de uma perspectiva histórica de longo prazo, a burguesia brasileira teria se divorciado completamente das demais classes sociais. A partir de então, o país passava a ser visto como um mero instrumento de seus interesses particularistas e imediatistas.

Em suma, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação. Nessas circunstâncias, não parece um exagero afirmar que há uma incompatibilidade incontornável entre: (1) a disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional; (2) a reprodução de mecanismos de mobilidade social que sejam capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e (3) a recomposição de um esquema regional de poder que neutralize as poderosas tendências que levam ao fracionamento da nação.

Nessas circunstâncias, para sobreviver como projeto civilizatório, a sociedade brasileira não teria outra alternativa senão romper o quanto antes com as relações econômicas, sociais e culturais responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento. Continuar igual seria acelerar a rota suicida de decadência econômica, regressão social e decomposição moral. A

---

<sup>8</sup> . Esta síntese deve ser vista como contraposição tanto à idéia de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar em paralelo - formulação que alimentava as ilusões desenvolvimentistas das classes dominantes brasileiras desde Juscelino Kubitschek - quanto à idéia de que "o Brasil não é um país subdesenvolvido mas um país injusto" - proposição que orienta a visão das atuais autoridades brasileiras.

gravidade do momento histórico fica evidenciada tanto na conclamação de Caio Prado Júnior, de meados dos anos sessentas, a favor da "revolução brasileira" quanto na insistência de Florestan Fernandes, desde o início dos anos setentas, no caráter anti-social, anti-nacional e anti-democrático da burguesia brasileira, assim como na eloqüente advertência de Furtado, no início dos anos noventas, de que forças externas poderosíssimas ameaçam a integridade do sistema econômico nacional.

A adversidade do marco histórico e os complexos problemas do Brasil revelam que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e, ao contrário do que se supõe, não haverá cooperação internacional. A continuidade do movimento de formação do Brasil contemporâneo está ameaçada e ela só prosseguirá se as classes sociais interessadas na construção da nação tiverem a vontade férrea de levar a superação do capitalismo dependente às últimas conseqüências. Furtado, um intelectual reconhecido pela sua visão ponderada dos problemas nacionais, não escondeu o caráter decisivo do momento histórico. "Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um

futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação".

Ao abrir novos horizontes para o desenvolvimento histórico, a idéia de uma ruptura com a situação de dependência representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções das sociedades dependentes à escolha binária entre o modernismo desvairado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de reciclagem do padrão de consumo de uma pequena parcela da população. A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a **revolução democrática** - a erradicação do *apartheid* social - e a **revolução nacional** - a desarticulação da dependência econômica e cultural - nas duas principais prioridades da agenda política da nação. A questão fundamental consiste em livrar o Brasil de suas três principais mazelas: 1) **o caráter dependente de seu sistema econômico** - uma forma de organização da vida material que deixa as estruturas e dinamismos da economia sujeitos às vicissitudes dos movimentos especulativos do capital internacional; 2) **a natureza assimétrica de seu regime de classes** - um padrão de estratificação social que coloca um abismo entre ricos e pobres, caracterizando um sistema de *apartheid* social; e 3) **o pesado fardo de uma cultura colonialista**, que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades - uma visão de mundo estreita que transforma a

cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais na prioridade absoluta das classes dominantes.

\*\*\*

Quando se contrasta o abismo que existe entre a estatura dos intelectuais que conclamam o povo latino-americano a dar um basta à situação de dependência e subdesenvolvimento e a petulância dos que vendem a ilusão de que a América Latina está ascendendo ao "primeiro mundo", não se pode deixar de lembrar a conhecida máxima do Padre Vieira: "Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; e querer cegar o presente e não acertar o futuro"

Texto 2

## **Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda**

### **I. A derrocada do governo de conciliação de classe e a ascensão da República dos Delinquentes**

Encerrando um período de relativa estabilidade social, econômica e política, iniciado em 2003 com a chegada de Lula à presidência da República e consolidado em 2005 com a recuperação do crescimento, a sociedade brasileira assistiu, a partir de 2013, ao crescente aumento da efervescência social; à inflexão do ciclo de expansão dos negócios que havia propiciado um modesto dinamismo econômico, após décadas de marasmo; e à acelerada decomposição do pacto político que havia viabilizado a transição negociada do regime militar para o Estado de direito. Desde então, o fim da letargia social, o espectro de uma estagnação de longa duração e a exacerbação da instabilidade política acirraram a luta de classes.

O temor de que a crescente onda de inquietação social pudesse fugir do controle e abrir brechas para a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres. As concessões feitas às classes subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raiz o processo de ascensão das massas. Atiçados pelos grandes veículos de comunicação de massa, com a luz verde da grande burguesia, os bem de vida partiram para a ofensiva.

O novo contexto histórico aguçou a guerra fratricida entre as alas esquerda e direita do *establishment*. Na ausência de discrepâncias substantivas de projeto político - posto estarem ambos perfeitamente enquadrados nos parâmetros mais gerais do neoliberalismo - a luta entre os partidos da ordem pelo controle do Estado assumiu a forma de uma acirrada disputa para definir quem seria o operador político mais credenciado

para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise. Para além das paixões cegas que alimentam falsos antagonismos, a diferenciação entre as duas facções que polarizam a disputa política girou em torno da forma de combinar "cooptação" e "força bruta" como mecanismos de dominação das classes subalternas.

Na guerra para decidir quem ficaria no comando do Estado, a primeira batalha foi vencida pela ala moderada do partido da ordem, com a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência da República em 2014. Foi uma vitória de Pirro. Ao adotar o programa econômico de seu adversário, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma contraofensiva reacionária. De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, a presidente acabou comprometendo seu próprio lugar na coalizão liberal-fisiológica. O vazio político gerado pelo esvaziamento de sua autoridade foi ocupado por Eduardo Cunha e Michel Temer. A sua sorte foi definitivamente selada quando, contrariando o Planalto, o PT decidiu que seus deputados não apoiariam o presidente da Câmara dos Deputados na Comissão de Ética. Antes que Dilma tivesse completado quinze meses de seu segundo mandato, sua base de sustentação parlamentar deslocou-se ainda mais para a direita e o governo ruiu. O Supremo Tribunal Federal abençoou o processo. A democracia de baixíssima intensidade revelava-se ampla demais para as exigências da situação. A burguesia teve de recorrer a uma forma de governo abertamente espúria.

A queda de Dilma foi assimilada pelo conjunto da sociedade sem comoção. Para além de ações isoladas de alguns movimentos sociais, a maioria da população permaneceu apática aos eventos que agitavam Brasília. Um desavisado que chegasse ao país sequer perceberia que a chefe de Estado acabava de ser deposta. A docilidade do PT foi surpreendente. Não houve nem um esboço de resistência. Dilma deixou o Planalto de maneira protocolar. Entre os dirigentes e parlamentares do PT, a energia dedicada à batalha pela narrativa do golpe foi superior ao esforço de evitá-lo. No momento decisivo, Lula fingiu-se de morto, mais preocupado em negociar sua própria

situação com os futuros donos do poder do que em confrontá-los. Com a honrosa exceção do Advogado Geral da República, José Eduardo Cardoso, que se jogou de corpo e alma na defesa "do cumprimento do devido processo legal", os demais componentes do governo parecem não ter alterado a rotina, a começar pela própria presidente, que, mesmo nas piores horas da crise, não abriu mão de seus exercícios matinais. A imagem de Dilma pedalando placidamente pelas vizinhanças do Alvorada, enquanto seu destino era decidido no covil do Congresso Nacional, é uma metáfora de sua falta de estatura para o cargo. A presença de parlamentares do PT, expoentes da batalha contra o *impeachment*, confraternizando com parlamentares da tropa de choque dos golpistas, na festa Junina oferecida pela ministra recém deposta Kátia Abreu, revela a promiscuidade e a leviandade dos atores do drama.

O afastamento da presidente encerrou melancolicamente treze anos de ilusão de que a esperança venceria o medo. O sonho de que um governo de conciliação de classes seria capaz de criar um Brasil para todos terminou em pesadelo. Os ventos fortes que levaram Lula ao poder no início dos anos 2000 não foram aproveitados para romper o círculo de ferro do capitalismo dependente. O melhorismo petista não questionou as estruturas responsáveis pela perpetuação do *status quo*. Os nexos inextricáveis entre negócios, segregação social e dependência externa permaneceram incólumes, e as mazelas do subdesenvolvimento reapareceram com força redobrada. Da noite para o dia, o sentimento triunfalista de que o Brasil caminhava para o desenvolvimento sustentável deu lugar à sensação generalizada de que, na verdade, o país afunda no descalabro.

Em nome da ordem e do progresso, os aventureiros que assumiram o poder, sem nenhuma legitimidade para radicalizar uma política que havia sido rejeitada nas urnas, partiram com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional. Os ministérios econômicos foram entregues à sanha do mercado e os demais, aos apetites da fisiologia. A altíssima coincidência de nomes-chaves entre os próceres que compõem o ministério de Temer e os que



fizeram parte das administrações petistas evidencia que o novo governo não é a negação do anterior, mas sua metástase. Um é consequência do outro. Ao dar as costas para seus eleitores, Dilma abriu a Caixa de Pandora e liberou as taras do capital. Ao levar ao paroxismo a terceirização do governo em favor do PMDB, o PT tornou-se supérfluo. Tornando-se mera peça decorativa, Dilma perdeu a credencial para permanecer no Planalto. A radicalização do ajuste neoliberal requer a ação de um Estado de Exceção abertamente autocrático. A gritante discrepância entre a imoralidade e absoluta falta de compostura do "andar de cima" e o rigor e disciplina exigidos do "andar de baixo" deve intensificar ainda mais a luta de classes.

Para além das bravatas para consolar militantes frustrados, a decisão de manter as alianças políticas e eleitorais (em âmbito estadual e municipal) com os partidos golpistas evidencia a plasticidade e desfaçatez com que o PT aceitou a nova realidade. O compromisso de fazer uma "oposição responsável", comprometida com a "racionalidade econômica" e com o "respeito às instituições", reitera a identidade do PT com os imperativos do capital. Ao sancionar a violência institucional de que foi vítima, reconhecendo-a como um fato consumado que, por mais paradoxal que seja, faz parte das regras do jogo, o PT acatou os parâmetros democráticos ainda mais rebaixados de um Estado de exceção que não hesitará em apelar para novas violências e fazer o que for necessário para garantir a estabilização da economia e a pacificação da nação. Incorporando definitivamente o espírito de seus algozes, Dilma caiu enaltecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal e fazendo juras de fidelidade às exigências do mercado. Num esforço desesperado para voltar ao poder, chegou a afirmar que manteria o famigerado Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda. Em plena recessão, a patética reiteração do princípio liberal do equilíbrio fiscal como clausula pétrea de um governo responsável legitimou o processo de criminalização de toda e qualquer gestão econômica que não coadune com os ideais da doutrina neoliberal - o discurso ideológico que, por ironia do destino, fundamentou a farsa institucional que justificou a

sua deposição. O PT encerrou seu ciclo no poder central rendido ao pragmatismo do fim da história e de tudo que o acompanha. Na oposição, o partido de Lula será o complemento necessário e funcional da situação. No próximo período, caber-lhe-á um duplo papel: evitar a qualquer custo o aparecimento de forças políticas que possam credenciar-se como alternativas antissistêmicas; e servir como reserva política estratégica na eventualidade de um agravamento da crise nacional exigira volta do grande líder como forma de apaziguar as massas exaltadas. Para tanto, o partido terá apenas que adaptar sua estratégia política - impostura à esquerda e usurpação à direita - às novas circunstâncias da vida nacional.

## **II. A batalha pela narrativa da crise**

As narrativas canhestras, que racionalizam a posição dos antagonistas engalfinhados na disputa que levou à deposição de Dilma, em nada contribuem para a compreensão das graves contradições que condicionam a vida nacional.

Os que atribuem a crise econômica brasileira a desequilíbrios fiscais, supostamente provocados por créditos suplementares tachados de "pedaladas fiscais", como propõe o simplório discurso dos liberais tupiniquins, ecoado dia e noite nos meios de comunicação, ignoram que a crise fiscal não é causa, mas efeito da crise econômica. A justificativa da deposição de Dilma como passo necessário para a solução da crise econômica e recuperação do crescimento ignora que a austeridade fiscal diminui a demanda agregada e, em consequência, reforça a tendência recessiva que deprime as expectativas de investimento dos empresários. A alegação de que os créditos suplementares - as "pedaladas fiscais" - caracterizariam crime de responsabilidade desconsidera que a prática é corriqueira na administração pública brasileira, generalizada em todas as esferas de governo, e não é tipificada na Constituição como motivo para a deposição de uma autoridade eleita.

O discurso moralista que imputa a corrupção generalizada ao

aparelhamento do Estado pelo PT omite que Lula e Dilma apenas sancionaram a promiscuidade entre o público e o privado de seus antecessores. A corrupção sistêmica é uma característica inerente ao Estado brasileiro, permeia todos os poros da administração pública e envolve todos os partidos da ordem. O enaltecimento dos promotores federais que conduzem a operação Lava Jato e do Juiz Sérgio Moro como figuras acima do bem e do mal, comprometidas com o saneamento da política nacional, omite o fato gritante de que o rigor com os malfeitos do PT é proporcional à condescendência com os malfeitos de seus opositores. Na melhor tradição da justiça brasileira, a República de Curitiba opera segundo a norma "para os amigos tudo, para os inimigos, a lei". Os que esperam uma solução jurídica para a grave crise ética que assola a nação fazem lembrar as aventuras fantásticas do Barão de Münchhausen, que se salvou do pântano onde afundava, puxando-se pelos cabelos. A corrupção faz parte da regra do jogo e o poder judiciário não está acima da Lei. Problemas políticos, relacionados com a forma de organização do poder, só podem ser resolvidos com decisões políticas. Sem a corrupção sistêmica, a dominação burguesa entra em colapso.

Em contrapartida, os que reduzem a crise política a uma crise de governabilidade, provocada pela falta de escrúpulos de uma oposição golpista que, numa conjuntura econômica delicada, apostou todas as fichas no "quanto pior melhor", como repete a ladainha petista, escondem o fato notório de que o governo Dilma caiu porque foi incapaz de administrar suas próprias contradições - problema potencializado pela surpreendente inépcia de seu alto comando. Ao subordinar a razão de Estado aos imperativos do grande capital, o governo petista ficou sujeito à desestabilização assim que sua estrita funcionalidade ao mercado ficou comprometida. Ao vincular sua base de sustentação parlamentar ao que há de mais corrupto e fisiológico na política brasileira, ficou sujeito à fuga das ratazanas assim que o barco começou a fazer água. Ao manter intacto o monopólio dos grandes meios de comunicação, na ingênua suposição de que a docilidade com os maganos da mídia teria como contrapartida sua relativa neutralidade na guerra pelo poder, ficou completamente desarmado para impedir sua

execração pública. Por fim, e, sobretudo, ao negar a organização independente dos trabalhadores como força motriz das transformações sociais, o PT fomentou a fragmentação e o desalento das massas, comprometendo a mobilização da única força social potencialmente capaz de enfrentar uma conspiração urdida nas altas esferas do poder.

A narrativa de que a presidente foi vítima de um "golpe" não é falsa, mas omite o fato de que o primeiro golpe - o estelionato eleitoral - foi cometido pela própria Dilma ao jurar na campanha eleitoral que não faria o ajuste fiscal "nem que a vaca tossisse". Denunciar o segundo golpe, ocultando o primeiro, deixa na penumbra o fato de que a verdadeira vítima dos atentados contra a democracia é a classe trabalhadora, que votou de maneira inequívoca contra o ajuste neoliberal. Na conspiração contra os direitos dos trabalhadores, Dilma e Temer são cúmplices, pois o segundo golpe apenas arrematou o primeiro. Mais ainda. A denúncia do golpe parlamentar como um atentado à democracia, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira, sem a devida explicitação sobre seu conteúdo real, é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate político hermeticamente enquadrado na lógica fechada do cretinismo parlamentar.

### **III. A crise em perspectiva histórica**

Postas em perspectiva histórica, a derrocada do governo do PT e a ascensão da República dos Delinquentes devem ser vistas como um capítulo da severa crise econômica e política que abala a vida nacional. Antes de dificuldades conjunturais, que poderiam ser resolvidas num curto espaço de tempo com a substituição de administradores inoperantes e a adoção de medidas técnicas e institucionais, os problemas brasileiros refletem contradições estruturais, complexamente determinadas por forças externas e internas à sociedade nacional. Para o

bem ou para o mal, tais contradições não serão resolvidas sem transformações de grande envergadura nas estruturas econômicas, sociais e políticas.

A perspectiva de um cenário econômico de grande instabilidade, que coloca no horizonte a possibilidade de uma estagnação de longa duração, resulta fundamentalmente da absoluta impotência do Brasil para defender-se dos efeitos devastadores da crise que paralisa a economia mundial. Após décadas de crescente exposição à fúria da concorrência global, a economia brasileira perdeu os elos estratégicos de seu sistema industrial e comprometeu a eficácia de seus centros internos de decisão, ficando sem meios objetivos e subjetivos para colocar em prática uma política econômica capaz de defender os interesses nacionais. Sem mecanismos endógenos de expansão da demanda agregada, a mola propulsora do crescimento passou a depender de fatores exógenos à economia nacional. Nessas condições, enquanto o comércio internacional permanecer deprimido, não há como recuperar de maneira sustentável o processo de geração de renda e emprego. Ao relegar o Brasil a uma posição ainda mais rebaixada na divisão internacional do trabalho, a "integração profunda", comandada pelos Estados Unidos, deve agravar a dependência comercial do país em relação à expansão da demanda de produtos agrícolas e minerais no mercado internacional.

A expectativa de uma crescente instabilidade política é determinada pela crise estrutural que abala o sistema de representação. Ao evidenciar a presença de um gigantesco mal-estar social, a intensificação da luta de classes coloca em questão a funcionalidade do pacto de poder que viabilizou a transição lenta, segura e gradual do regime militar para a democracia de baixa intensidade da Nova República. O caráter estrutural da crise política fica patente na total incompatibilidade entre os princípios que fundamentaram a Constituição de 1988 - a conquista de direitos da cidadania, a ampliação das políticas públicas e a afirmação da soberania nacional - e as diretrizes que orientaram a ofensiva neoliberal iniciada por Collor, consolidada por Fernando Henrique Cardoso e continuada por Lula e Dilma - a investida

do capital contra os direitos dos trabalhadores, o ataque do rentismo sobre os fundos públicos e o avanço do mercado sobre o Estado. As Jornadas de Junho de 2013 acirraram as contradições. Os jovens foram às ruas para exigir o cumprimento da Constituição. No entanto, os imperativos do capital em tempo de crise apontam em direção contrária. O caráter irreconciliável das vontades políticas que polarizam a luta de classes não deixa margem para acomodação. A acelerada decomposição do governo Dilma e o caráter espúrio de seu sucessor expressam o antagonismo irreparável entre vontades políticas inconciliáveis: a exigida nas ruas e nas urnas e a exigida pelo chamado mercado, manifestada nos ultimatos das agências internacionais de avaliação de risco e na ladainha neoliberal martelada dia e noite nos grandes meios de comunicação. Enquanto tal antagonismo não for resolvido, de uma forma ou de outra, não há a menor possibilidade de que o Brasil possa vivenciar um novo ciclo de expansão e paz social.

Dentro dos parâmetros da ordem global, a solução para a crise brasileira passa pela reciclagem do padrão de acumulação liberal-periférico e pela recomposição do padrão de dominação autocrático-burguês.

Nos marcos do liberalismo, as crises econômicas são enfrentadas invariavelmente com um aprofundamento das reformas liberais. O fundamental é ajustar a economia e a sociedade aos novos imperativos do padrão de concorrência global ditado pelo grande capital. No curto prazo, o ajuste coloca a necessidade de recompor a taxa de lucro do capital e abrir novos negócios para os capitais excedentes, com políticas de arrocho salarial, cortes de gasto público, diminuição da carga tributária sobre as empresas, recomposição do rentismo lastreado em dívida pública, ampliação da privatização e aprofundamento do processo de liberalização. No longo prazo, o ajuste consiste em adequar a economia brasileira à sua nova posição na divisão internacional do trabalho, o que coloca no horizonte a necessidade de aumentar o grau de especialização das forças produtivas, reduzir a soberania do Estado nacional e rebaixar

o nível tradicional de vida dos trabalhadores, adaptando-o à condição mais precária de uma economia primário-exportadora. Entre o curto e o longo prazo, a sociedade fica no limbo, sujeita à temporalidade abstrata do capital monopolista em tempos de crise, cuja essência consiste no tempo necessário para a destruição do excedente absoluto de capital que emperra a retomada do processo de acumulação. Em outras palavras, no médio prazo, a economia fica sujeita à estagnação por prazo indeterminado. Ao acelerar e aprofundar o processo de reversão neocolonial, o projeto do grande capital coloca no horizonte a transformação definitiva do Brasil numa megafabriga moderna.

À ofensiva do capital sobre o trabalho no plano econômico corresponde ofensiva simétrica no plano político. A fim de harmonizar os interesses da burguesia brasileira com os do capital internacional, as classes dominantes terão de aprofundar a liberalização e a internacionalização da economia, esvaziando ainda mais a soberania nacional. O novo padrão de satelitização deve obedecer às diretrizes dos acordos bilaterais de livre comércio, impulsionados pelos Estados Unidos. Com a finalidade de evitar a rebeldia das massas e perpetuar a passividade das classes dominadas, o novo padrão de dominação deverá aprofundar o Estado de Exceção, intensificando o processo de criminalização das lutas sociais e políticas. O sentido mais geral desse movimento já foi dado pela política antiterrorista aprovada por Dilma Rousseff nos estertores de seu governo. Por fim, para dotar a economia brasileira de um mínimo de estabilidade, protegendo-a das instabilidades provocadas pela concorrência global, sobretudo de seus efeitos catastróficos sobre os agentes econômicos mais débeis, a relação entre os setores modernos e atrasados que compõem o parque produtivo nacional terá de ser redefinida. Os setores modernos de alta produtividade expostos à concorrência global serão regidos pelos padrões formais estabelecido sem acordos internacionais, enquanto os setores anacrônicos de baixa produtividade, associados ao fornecimento das grandes empresas exportadoras e ao atendimento do mercado interno protegido da concorrência de importados, serão relegados à

crescente informalidade. No momento, é impossível vislumbrar a equação política capaz de resolver essas questões. Quando o velho resiste à morte e o novo não tem força para nascer, a sociedade fica sujeita a forças indeterminadas e prevalece uma grande confusão.

#### **IV. O Desafio da esquerda socialista**

Os imperativos do capital em tempos de crise estrutural colocam na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva sobre o trabalho. Dentro dos parâmetros do liberalismo, as alternativas da sociedade ficam restritas à forma de graduar o ritmo e a intensidade do ajuste neoliberal. Não há, todavia, nenhuma margem para questionamento sobre o sentido do ajuste - a retirada de direitos adquiridos e o aprofundamento do processo de reversão neocolonial. Para realizar seu desiderato, o capital tem um projeto político bem definido - o ajuste econômico; um método eficaz para implantá-lo - a terapia de choque que mobiliza a violência econômica e política como forma de submissão dos trabalhadores e usurpação da soberania nacional; e uma complexa organização política para executá-lo - o Estado de Exceção, como comitê executivo da burguesia.

As necessidades dos trabalhadores em tempos de ofensiva liberal colocam na ordem do dia a urgência de uma resposta prática que impeça o avanço da barbárie capitalista. A solução democrática para o impasse histórico em que o país se encontra passa, portanto, por uma completa ruptura com o padrão de acumulação liberal-periférico e com o padrão de dominação autocrático que lhe corresponde. Daí a urgência de um grande debate sobre o projeto político, o método e as formas de organização capazes de realizar tal tarefa. A questão torna-se ainda mais candente quando se leva em consideração o fato de que o programa que inspirou a luta da esquerda nas últimas décadas e que permanece hegemônico - o programa democrático-popular - parte da avaliação oposta.

A concepção de que existiriam condições objetivas e subjetivas para compatibilizar capitalismo, democracia e



soberania nacional - a essência do programa democrático-popular - parte de dois supostos fundamentais: a convicção de que o Brasil possui as bases materiais de um capitalismo autodeterminado; e a crença de que, restabelecido o estado de direito, a luta de classes passou a ser regida por uma lógica baseada na busca do bem comum. A avaliação de que não existiriam obstáculos materiais e bloqueios políticos intransponíveis para a implantação da justiça social levou à conclusão de que o capitalismo não condenava fatalmente o povo brasileiro à pobreza.

Uma leitura equivocada da realidade histórica induziu as forças de esquerda a uma brutal subestimação das dificuldades que seriam encontradas para transformar a realidade.<sup>1</sup> A superestimação do significado da industrialização pesada, que impulsionou o forte dinamismo da economia brasileira entre 1950 e 1980, levou à miragem de que existiria margem de manobra para combinar acumulação de capital, distribuição de renda e autonomia nacional. As esperanças geradas pelo volta dos militares aos quartéis alimentaram a ilusão de que finalmente a sociedade brasileira teria criado condições subjetivas para a realização de reformas sociais que redundassem em expressiva melhoria nas condições de vida do conjunto da população. O retrospecto das últimas quatro décadas não deixa, entretanto, margem a dúvida. Imerso num processo de reversão neocolonial, o Estado brasileiro ficou completamente refém dos negócios do grande capital, perdendo,

---

<sup>1</sup> A interpretação sobre a autodeterminação do capitalismo brasileiro encontra-se elaborada nos trabalhos da chamada Escola de Campinas, principalmente nos trabalhos de Cardoso de Mello, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Belluzzo, L.G., *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982/1983, 2v.; e Tavares, M.C., *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Campinas, UNICAMP, 1974; *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978; e "Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos", *Economía de América Latina. Revista de Información y Análisis de la Región, México*, n. 6, s.p., 1981. Mimeo. A interpretação sobre o raio de manobra político das sociedades latino-americanas é sistematizada por Fernando Henrique Cardoso em alguns capítulos de *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. A crítica teórica a idéia da autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr., P.S.A., *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*, Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 17 a 34.

de uma vez por todas, a capacidade de fazer políticas públicas subordinadas aos imperativos da universalização de direitos universais e às necessidades ditadas pelos interesses estratégicos da nação.

Para que a história não se repita como farsa, é preciso superar a teoria e a prática que levaram ao trágico naufrágio do PT. Enquanto os trabalhadores não se convencerem de que é impossível resolver os problemas fundamentais do povo sem uma ruptura radical com a ordem capitalista, a política permanecerá presa ao circuito fechado de escolhas binárias que não alteram o curso da história. Enquanto os trabalhadores não se convencerem de que é impossível romper a ordem estabelecida sem questionar o caráter restrito da democracia, a luta de classes permanecerá enquadrada nos marcos de uma institucionalidade perversa que esteriliza o potencial revolucionário das terríveis contradições que brotam em uma sociedade em acelerado processo de reversão neocolonial. Para estar à altura dos desafios históricos, o polo trabalho precisa materializar sua vontade política em um projeto simples e bem definido que tenha como norte a busca da igualdade substantiva - direitos já; precisa definir uma estratégia de luta capaz de enfrentar a terapia de choque - a ocupação, a desobediência civil e a rebelião das massas como centros nevrálgicos da luta de classes; e precisa construir uma organização que unifique todas as organizações de trabalhadores comprometidas com a busca da igualdade substantiva em um grande movimento pela revolução brasileira.

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> **Plínio de Arruda Sampaio Jr.**, professor do Instituto de Economia da UNICAMP. Agradeço a cuidadosa revisão de Marlene Petros Angelides.

**RESUMO:**

O artigo é um esforço de caracterizar os condicionantes estruturais que levaram à deposição da presidente Dilma Rousseff e suas implicações para a esquerda socialista. Ao criticar as narrativas que reduzem a crise brasileira à guerra fratricida entre as alas moderadas e truculentas do Partido da Ordem, procura-se lançar luz sobre as contradições profundas que impulsionam a luta de classes. A ausência de perspectiva histórica impede uma visão objetiva sobre a crise nacional e bloqueia o debate sobre a pertinência da teoria e da prática do programa democrático-popular como referência capaz de impulsionar a reorganização da esquerda revolucionária.

**Palavras-chave:**

crise brasileira, Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, programa democrático-popular, revolução brasileira.

**ABSTRACT:**

The article is an effort to characterize the structural conditions that led to the deposition of President Dilma Rousseff and its implications for the socialist left. Criticizing the narratives that reduce the Brazilian crisis to the fratricidal war between moderate and truculent wings of the Order Party, the paper seeks to shed light on the deep contradictions that drive the class struggle. The absence of historical perspective prevents an objective view on the national crisis and blocks the debate on the relevance of the theory and practice of popular-democratic program as a reference able to boost the reorganization of the revolutionary left.

**Key words:**

Brazilian crisis, Workers Party, Dilma Rousseff, popular-democratic program, Brazilian revolution.

**Texto 3**

## **A Exaustão da Nova República**

A grave crise política que polariza a luta de classes expressa a exaustão da democracia de cooptação, cristalizada na transição da ditadura militar para o Estado de direito. Enquanto o crescimento da economia alimentou a expectativa de melhoria social, as terríveis contradições de uma sociedade cindida entre ricos e pobres foram ignoradas e empurradas para frente. Como já ocorrera inúmeras vezes na história do Brasil, a esperança de dias melhores funcionava como um apaziguador da luta de classes. Entretanto, assim que a expansão econômica cessou, vieram à tona os gigantescos antagonismos de uma sociedade subdesenvolvida e dependente que não resolveu nenhum de seus problemas históricos.

As contradições latentes na acanhada democracia da Nova República tornaram-se antagonismos abertos nas Jornadas de Junho de 2013. Frustrados com o mesquinho "melhorismo" dos governos petistas, os jovens que tomaram as ruas cobraram dos governantes as promessas vazias da Constituição de 1988. Posta contra a parede por um estado de mal estar social que corria o risco de fugir do controle e premida pela necessidade de dar uma resposta à crise econômica, a burguesia assumiu plenamente e sem rodeios seu caráter autocrático e antissocial e partiu para a ofensiva contra os trabalhadores.

Para as classes subalternas, a deficiência da Nova República manifesta-se no caráter impermeável do Estado brasileiro às demandas democratizantes da população. A convicção de que "todos os políticos são iguais" decorre da constatação prática de que, no final das contas, os imperativos do capital sempre acabam prevalecendo. Para as classes dominantes, é o oposto. A crise política reflete a impossibilidade de conciliar as exigências dos negócios - "ordem e progresso" - com o respeito às regras do jogo democrático. Os de cima enxergam as aspirações da classe trabalhadora como uma ameaça a seus privilégios e assumem sem disfarce seu caráter despótico. Os "remédios amargos" para tirar o país da crise exigem o atropelo de direitos adquiridos e a tutela dos trabalhadores. O interesse popular é assumido abertamente como um elemento espúrio que deve ser desconsiderado pelos homens de Estado. A democracia não pode colocar em risco a subordinação da razão

de Estado à razão dos grandes negócios que impulsionam a acumulação capital.

Assim como a crise da economia cafeeira em 1929 selou a sorte da República Velha, a crise terminal do processo de industrialização por substituição de importações, cuja pá de cal foi o ciclo neodesenvolvimentista de Lula e Dilma, destruiu irremediavelmente a Nova República.

A resposta da burguesia à crise da Nova República não pode ser dissociada da estratégia de reprimarização da economia brasileira como resposta à crise terminal do processo de industrialização. A guerra aberta contra os trabalhadores para impor condições ainda mais draconianas de exploração da força de trabalho requer uma compressão brutal do espaço de manifestação da vontade política das classes subalternas. Assim como os direitos trabalhistas não cabem nos cálculos de rentabilidade dos empresários e a política social não cabe no regime de austeridade imposto pelas finanças, o padrão de dominação baseado na democracia de cooptação não cabe nos planos de ajuste econômico, que coloca no horizonte um padrão de acumulação característico de economias de tipo colonial, baseado na produção de *commodities* para o mercado internacional.

A solução reacionária para a crise econômica é simplesmente impossível sem a anomia política da classe trabalhadora. Para evitar qualquer possibilidade de uma solução que contemple os interesses do trabalho, a opinião pública é submetida à lavagem cerebral de que os remédios amargos que compõem as "reformas" liberais constituem o único meio de tirar o país do atoleiro. Como o protesto social poderia furar o cerco da ignorância difundida pela grande mídia e dialogar diretamente com as massas, torna-se obrigatório criminalizar a luta social, estigmatizar a crítica e cercear a atuação dos partidos de esquerda.

Além de agir diretamente sobre a consciência da classe trabalhadora, o capital investe sistematicamente contra as migalhas democráticas existentes nos interstícios de uma estrutura de poder que, na realidade, há tempos já funciona como um verdadeiro Estado de Exceção. Na concepção de uma burguesia que não superou o espírito arbitrário e autoritário do senhor de escravo, os direitos adquiridos dos trabalhadores não podem se sobrepor aos imperativos dos negócios. Uma vez que os ataques aos direitos trabalhistas e às políticas

sociais jamais passariam pelo crivo do voto popular, torna-se necessário desmoralizar as instituições que expressam - mesmo que muito precariamente - a vontade do cidadão.

O ataque à Nova República assumiu a forma de uma cruzada moralista contra a corrupção. As investigações judiciais comprovaram o que todos sabiam. A corrupção é um elemento estrutural do padrão de acumulação e dominação do capitalismo brasileiro. As delações dos altos executivos do capital são didáticas. O capital é o elo dominante da relação criminosa. Os partidos são comprados pelos empresários. Os políticos funcionam como despachantes de interesses privados nos aparelhos de Estado.

A radiografia das relações promíscuas da política com o capital feita pelo poder judiciário e sua espetacularização pelos grandes meios de comunicação trucidaram o sistema político e todas as suas instituições. Paradoxalmente, as causas profundas da corrupção - a absoluta preponderância dos imperativos dos negócios na vida nacional - em nenhum momento foram colocadas em questão. Muito pelo contrário.

Os paladinos da moralização - Janot, Moro, Fachin - não vão à raiz do problema. O problema da corrupção é reduzido a uma questão moral de foro individual e circunscritas a casos específicos. As investigações são seletivas. O sistema financeiro é blindado de qualquer investigação, mesmo sendo evidente que é impossível a lavagem de magnitudes amazônicas de dinheiro sujo sem a sua cumplicidade. A ramificação da rede criminosa no sistema judiciário e na grande mídia é negligenciada. O capital estrangeiro não é sequer investigado. Os acordos de leniência deixam as empresas livres para continuar saqueando os cofres públicos e pilhando o país. No final, sob a aparência de uma faxina geral, permanece tudo como dantes. A engrenagem do roubo não é abalada. As relações promíscuas entre o grande capital e o Estado permanecem incólumes. A operação "Fora Todos" apenas prepara o caminho para uma "modernização" dos esquemas de intermediação ilícita dos interesses do capital nos aparelhos de Estado, adaptando-os às exigências do novo padrão de acumulação.

Os limites pouco republicanos da investida contra a corrupção revelam que o verdadeiro objetivo da operação "Fora Todos" não é moralizar a vida pública, mas aumentar ainda mais a submissão do Estado aos interesses dos grandes negócios. Ao se explicitar que por trás de cada representante do povo

existe invariavelmente o patrocínio de uma grande empresa, avilta-se a relação de confiança entre os eleitores e seus representantes. Desmoralizados perante seus constituintes, os políticos perdem toda autonomia para mediar o conflito entre o interesse privado e o interesse público. Acuados pela ofensiva avassaladora da campanha midiática contra a política, abraçam, sem qualquer contraponto, a agenda de desmonte das conquistas trabalhistas e democráticas que estabeleciam um patamar mínimo de civilidade à sociedade brasileira.

Ao assumir sem disfarce o conteúdo de classe do Estado, a burguesia afirma sua ditadura implacável sobre a sociedade. A banalização do debate público, a criminalização dos movimentos sociais e a destruição do sistema político esvaziam a democracia de qualquer conteúdo popular. Hermeticamente fechado aos de baixo, o circuito político apresenta-se como o que é: um condomínio exclusivo da plutocracia destituído de qualquer verniz democrático. A soberania popular fica ainda mais comprimida, deixando a sociedade a um fio da autocracia explícita.

A falta de uma alternativa imediata para substituir as estruturas carcomidas da Nova República não permitem vislumbrar um rápido desfecho para a crise política. Mesmo que historicamente condenada, o mais provável é que sua agonia seja lenta, arrastando-se por tempo indefinido. Afinal, não se deve subestimar a capacidade de resistência da coalizão que une pemedebistas, tucanos e petistas em torno do interesse comum em viabilizar a anistia da corrupção e evitar instabilidades políticas que possam acirrar a luta de classes, nem tampouco seu compromisso estratégico com a ordem global e, em consequência, sua docilidade diante das imposições do ajuste neoliberal. O estado de crise permanente que caracteriza a moribunda Nova República não deixa de ser, assim, altamente funcional ao capital.

Sem coragem, criatividade e ousadia para propor uma solução alternativa para o grave impasse histórico que ameaça a sociedade brasileira, as classes subalternas ficam condenadas à miséria do possível. Na economia, as alternativas oscilam entre o ajuste sem meta e o ajuste com meta dobrada que dividem os partidos que compõem a esquerda e a direita da ordem. Na política, a opção fica restrita à hipocrisia do "Fora Todos" que preserva a causa do problema - o controle do



Estado pelo capital -, e o "Estanca a Sangria" que perpetua o mar de lama da corrupção.

Ameaçados pela virulência da ofensiva do capital contra o trabalho, a classe trabalhadora está obrigada a buscar novos caminhos para o enfrentamento da grave crise civilizatória que degrada sua existência. O primeiro desafio é superar o bloqueio mental que alimenta o senso comum de que nenhuma política econômica é viável se não contar com a aprovação do grande capital.

A tarefa imediata é política: derrubar o governo usurpador de Temer e dar uma solução democrática, de baixo para cima, para a crise terminal da Nova República. "Diretas Já" e "Fora Todos", de baixo para cima, como ponto de partida e "Revolução Democrática" como ponto de chegada devem ser as referências fundamentais que norteiem a luta política das forças comprometidas com a construção de uma agenda de combate à barbárie.

Sem uma substancial ampliação da democracia, é impossível imaginar a possibilidade de uma mudança radical nas prioridades que orientam a política econômica. O essencial é inverter o sentido das respostas que vêm sendo dadas à crise econômica. Ao invés de dar primazia aos negócios do capital internacional e à modernização dos padrões de consumo de uma exígua parcela da população, a política econômica deve colocar em primeiro plano as necessidades fundamentais do conjunto dos trabalhadores - emprego digno para todos, reforma urbana, reforma agrária, respeito ao meio ambiente, proteção das nações indígenas, etc. "Fora Ajuste", "Direitos Já", "Trabalho", "Teto", "Terra" e "Transporte" devem ser consignas de uma política econômica comprometida com os interesses estratégicos dos trabalhadores brasileiros.

Submetida a um processo de reversão neocolonial, a sociedade brasileira encontra-se numa encruzilhada decisiva. Sufocada pela ditadura militar em 1964, a revolução brasileira volta à ordem do dia como único meio de superar os terríveis antagonismos de uma sociedade marcada pela segregação social e pela dependência externa. Polarizada entre projetos irreconciliáveis - a reciclagem da contrarrevolução burguesa cristalizada em 1964, que, hoje, tem a cara de uma regressão ao patamar civilizatório do século XIX, e a revolução dos pobres e oprimidos latente nas placas tectônicas da sociedade

brasileira. Posta em perspectiva de longa duração, a escolha real é entre socialismo ou barbárie.

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.**, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/UNICAMP. Artigo preparado para o Grito dos Excluídos, em julho de 2017.